



COMUNICADO DA COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA NA GUINÉ BISSAU

1. A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) está muito preocupada com a recente evolução da situação política na Guiné-Bissau marcada, entre outras, por informações sobre uma tentativa de golpe de Estado pondo em causa as instituições do Estado, a criação de obstáculos artificiais para obstruir o processo eleitoral em andamento para as eleições presidenciais de 24 de novembro de 2019, manifestações de rua que terminaram com muitos feridos e um morto, e recentemente, a adoção do decreto presidencial de 28 de outubro de 2019, exonerando o atual governo resultante das eleições legislativas de 10 de março de 2019 e reconhecido pela CEDEAO por ocasião da 55ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo.

2. A CEDEAO incentiva as Autoridades a continuar as investigações em curso para identificar os autores de atos que atentam contra a ordem institucional e a situar as responsabilidades nas circunstâncias que levaram à morte de um manifestante e causaram muitos feridos graves.

3. No que diz respeito ao Decreto Presidencial n.º 12/2019, de 28 de outubro de 2019, que exonera o atual governo da Guiné-Bissau, chefiado pelo Primeiro-ministro Aristides Gomes, cuja natureza ilegal é evidente, a CEDEAO recorda que este governo resulta das decisões da Cimeira da CEDEAO de 29 de junho de 2019, na sequência das seguintes constatações:

- i) O fim do mandato do Presidente da República desde 23 de junho de 2019;
- ii) A ausência de um governo legítimo por mais de três (3) meses após as eleições legislativas de 10 de março de 2019; e
- iii) O risco inerente de um vazio constitucional.

É neste contexto que a Cimeira decidiu confiar toda a conduta dos assuntos governamentais ao governo recém-constituído, de acordo com a Constituição da Guiné-Bissau e até as eleições presidenciais.

4. Portanto, a CEDEAO, reitera **todo o seu apoio ao Primeiro-ministro, Aristides Gomes** e seu governo e exorta-os a prosseguir resolutamente os preparativos para a efetiva realização das eleições presidenciais de 24 de novembro de 2019. É oportuno lembrar, nesse contexto, as etapas importantes que foram tomadas com:

- i) A decisão de usar o caderno eleitoral resultante das eleições legislativas de 10 de março de 2019;
 - ii) A finalização da lista de candidatos para as eleições presidenciais.
- 5.** Assim, a três semanas das eleições, nada justifica a interrupção do processo eleitoral, que pode mergulhar o país numa situação caótica.
 - 6.** Estas eleições presidenciais permitirão encerrar o ciclo eleitoral e ajudarão a restaurar a paz e a estabilidade.
 - 7.** Como resultado, a CEDEAO apela urgentemente a todos os atores para que prossigam suas atividades sob a liderança do atual governo, com vista a realizar as próximas eleições presidenciais de 24 de novembro de 2019.
 - 8.** A CEDEAO incentiva as Forças de Defesa e a Polícia a manter a ordem e a segurança necessárias para o funcionamento das Instituições e para a condução pacífica da campanha eleitoral.
 - 9.** A CEDEAO e os outros parceiros envolvidos há muitos anos em favor do retorno da Guiné-Bissau à estabilidade e à paz não podem aceitar nenhuma ação que possa comprometer a paz e a estabilidade naquele país.
 - 10.** Portanto, todos aqueles que, de qualquer forma, impedirem a continuação harmoniosa do processo eleitoral atualmente em curso para as eleições presidenciais de 24 de novembro de 2019 estarão sujeitos a sanções.
 - 11.** Finalmente, a CEDEAO continuará a trabalhar com os seus parceiros, incluindo a União Africana, as Nações Unidas, a União Europeia e a CPLP, para encontrar soluções duráveis para a estabilidade e o desenvolvimento da Guiné-Bissau.



Abuja, 29 de outubro de 2019.

COMISSÃO MINISTERIAL DA CEDEAO